



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVII — Nº 188

SÁBADO, 7 DE NOVEMBRO DE 1992

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 230ª SESSÃO, EM 6 DE NOVEMBRO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Leitura de Proposta de Emenda à Constituição
— Nº 10, de 1992, que altera o art. 159 da Constituição Federal, criando o Fundo de Participação do Distrito Federal.

1.2.2 — Requerimentos

— Nº 792, de 1992, de autoria do Sr. Cid Sabóia de Carvalho e outros Srs. Senadores, solicitando a prorrogação, por mais 90 dias, do prazo da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de irregularidades cometidas em Fundos de Pensões Estatais e na Petrobrás.

— Nº 793, de 1992, de autoria do Senador Esperidião Amin, requerendo à Mesa que seja solicitada ao Sr. Ministro da Fazenda e Administração Pública, as informações que menciona.

— Nº 794, de 1992, de autoria do Senador Ronan Tito, requerendo seja solicitada, ao Ministério da Educação e Desporto, a remessa de todas as peças do inquérito administrativo ora em andamento na Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia.

— Nº 795, de 1992, de autoria do Senador Carlos De'Carli, de licença para tratamento de saúde. **Aprovado.**

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA — Paralelo entre a prisão de brasileiros pela Unitas, em Angola, e a prisão de brancos pelos índios Guajajara, no Maranhão.

SENADOR PEDRO TEIXEIRA — Considerações sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 1992, de iniciativa de S. Exª lida na presente sessão.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 73, de 1992 (nº 107/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Jet — Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na

Cidade de Teresina, Estado do Piauí. **Votação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 1992 (nº 127/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio A Voz de São Pedro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na Cidade de São Pedro, Estado de São Paulo. **Votação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 1992 (nº 140/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Rural de Muzambinho Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora na Cidade de Muzambinho, Estado de Minas Gerais. **Votação adiada por falta de quorum.**

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR NELSON WEDEKIN — A questão educacional no Brasil.

SENADOR ODACIR SOARES — Concessão de créditos orçamentários necessários para a continuidade do Programa AM-X e a sobrevivência da indústria aeronáutica brasileira.

1.3.2 — Comunicação da Presidência

— Término de prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1992 (nº 5.807/92, na Casa de origem), sendo que ao mesmo não foram oferecidas emendas.

1.3.3 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATOS DO PRESIDENTE

— Nº 437 a 441, de 1992
— Nº 283/89, 18, 197, 305, 756 e 779/91; 362/92 (Apostilas).

3 — MESA DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

Ata da 230ª Sessão, em 6 de novembro de 1992

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Mauro Benevides, Beni Veras e Eptácio Cafeteira

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Antonio Mariz – Elcio Alvares – Eptácio Cafeteira – Francisco Rollemberg – Gerson Camata – Henrique Almeida – Iram Saraiva – João França – Jonas Pinheiro – José Richa – José Sarney – Mauro Benevides – Odacir Soares – Ronaldo Aragão – Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A lista de presença acusa o comparecimento de 15 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, proposta de emenda que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 10, DE 1992

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60, § 3º da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Altera o art. 159 da Constituição Federal, criando o Fundo de Participação do Distrito Federal.

Art. 1º Dé-se ao art. 159 da Constituição a seguinte redação:

“Art. 159. A União entregará:

I — Do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, cinquenta inteiros por cento na seguinte forma:

a) vinte inteiros por cento ao Fundo de Participação dos Estados;

b) vinte e dois inteiros por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c)

d) cinco inteiros por cento para o Fundo de Participação do Distrito Federal.”

Art. 3º Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Vocacionada para funcionar como sede do poder central, Brasília, que é a Região Administrativa nº 1 do Governo do Distrito Federal, tem sucumbido junto com suas doze cidades-satélites às crescentes necessidades de recursos para o financiamento do setor público local. Delineia-se, assim, uma insustentável situação de vulnerabilidade financeira em uma cidade que, como Capital da República, tem a nobre missão de sediar o poder público federal, arcando, por consequente, com as onerosas responsabilidades dela decorrentes.

A despeito dessas evidências, o Governo do Presidente Collor ameaçou, através do Decreto nº 323/91 — revogado no último instante de sua permanência no cargo — cortar as transferências negociadas da União para o custeio do DF. Isto teria sido um desastre. Pois estas transferências têm historicamente garantido o funcionamento da cidade.

A situação das finanças públicas no Distrito Federal está, pois, a merecer cuidadosa atenção do Congresso Nacional, a fim de que não se coloque em cheque esta fantástica experiência representada por Brasília.

O Distrito Federal, através de sua administração local, exerce funções nacionais, como sede do Governo central. Não é justo que tais encargos recaiam sobre o morador local. De resto, a União não paga IPTU sobre os imóveis que ocupa.

Mas Brasília é algo mais do que a sede do Governo.

É a realização de um sonho secular do povo brasileiro iniciado pelos Inconfidentes: transferir a capital para o interior

do País, de onde brotariam os laços para uma nação mais integrada e homogênea.

A cidade, com 32 anos, recém-desperta para esta função e deve, portanto, ser mantida como um projeto federal prioritário, apoiado por um fundo próprio tal como estamos a propor — o Fundo de Participação do Distrito Federal e incluído, como tal, no Plano Nacional de Desenvolvimento.

Além disto Brasília é o maior projeto cultural realizado no País, hoje consagrado como Patrimônio da Humanidade.

Por todas estas razões deve o Distrito Federal consolidar, sua posição no contexto federativo, como uma unidade própria e exclusiva com direito a um fundo de participação com recursos suficientes para assegurar tanto o seu funcionamento como capital da República, como o exercício de suas funções culturais e regionais.

Sala das Sessões, 6 de novembro de 1992. — Pedro Teixeira — Lucídio Portella — Lavoisier Maia — Wilson Martins — Carlos De'Carli — Onofre Quinan — José Fogaça — Ronaldo Aragão — Irapuan Costa Júnior — Esperidião Amin — João Rocha — Francisco Rollemberg — Lourenberg Nunes Rocha — Magno Bacelar — Nelson Wedekin — Amir Lando — Nabor Júnior — Aureo Mello — Darcy Ribeiro — Luiz Alberto — Jonas Pinheiro — Alvaro Pacheco — Alfredo Campos — Bello Parga — Ney Maranhão — João Calmon — Josaphat Marinho — Raimundo Lira.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lido está sujeita às disposições específicas constantes do art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 792, DE 1992

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicitamos a Vossa Excelência a prorrogação por mais 90 (noventa) dias, do prazo da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a "Apurar Denúncias de Irregularidades Cometidas em Fundos de Pensões de Estatais e na Petrobrás".

Sala das Sessões, 6 de novembro de 1992. — Cid Sabóia de Carvalho — Henrique Almeida — Jonas Pinheiro — Francisco Rollemberg — Elcio Álvares — Nelson Carneiro — Antônio Mariz — Iram Saraiva — Mário Covas — João França — Lourenberg Nunes Rocha — Beni Veras — João Calmon — José Paulo Bisol — César Dias — Moisés Abrão — Eva Bloy — Nabor Júnior — José Fogaça — Teotônio Vilela — Aureo Mello — Esperidião Amin — Magno Bacelar — Gerson Camata — Ronan Tito — Ruy Bacelar — João Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O requerimento lido contém subscritores em número suficiente para a prorrogação automática do prazo concedido à comissão.

O expediente vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 793, DE 1992

Requeiro à Mesa, na forma do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Exmº Sr.

Ministro da Fazenda e Administração Pública, tendo em vista as notícias veiculadas na imprensa (anexo matéria publica no *Correio Braziliense* de hoje, dia 5-11-92 — pág. 11), relativamente à problemática e rolagem da dívida atrasada dos Estados, Municípios e Distrito Federal, as seguintes informações:

1) Qual o montante global da dívida dos Estados, Municípios e do Distrito Federal junto à CEF?

2) Especificamente, quanto cada Estado e Município deve à CEF?

3) Quais Estados da Federação estão inadimplentes junto à CEF, e desde quando?

4) Qual o montante vencido da dívida junto à CEF, especificamente por Estados, Municípios e Distrito Federal?

Sala das Sessões, 6 de novembro de 1992. — Senador **Esperidião Amin**, Líder do PDS.

DANILO QUER COBRAR DÍVIDAS DOS ESTADOS

O Presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Danilo de Castro, anunciou ontem que a instituição já está se recuperando do vendaval de setembro, quando chegou a pedir um socorro de mais de Cr\$ 4 trilhões do Banco Central para fechar suas posições diárias. "Nós ainda estamos indo ao interbancário e ao empréstimo de liquidez, mas em níveis 30 por cento inferiores", declarou.

Segundo Danilo de Castro, o Governo está avançando nos estudos para facilitar a negociação da dívida atrasada dos estados e municípios junto à instituição (cerca de Cr\$ 25 trilhões) ainda neste ano, uma outra medida que permitirá a Caixa se reequilibrar. Três pontos estão sendo discutidos: a ampliação do prazo — pela lei da rolagem, 30 de setembro de 1991 — que limita as dívidas acumuladas que podem entrar na renegociação (a intenção é estabelecer uma data mais recente), a flexibilização dos prazos de rolagem e das taxas de juros estabelecidas na lei.

Segundo explicou o presidente da Caixa, a lei da rolagem, que estabelece renegociação das dívidas estaduais por prazo de 20 anos e a taxas definidas, é incompatível com as operações fechadas pela Caixa, a maior parte com recursos do FGTS. "Nós temos, por exemplo, financiamentos com prazo de oito anos; e, pela lei, eles seriam renegociados em 209 anos, o que é incompatível", explicou. Em relação às taxas de juros, muitas vezes os financiamentos originais foram contratados com taxas superiores ou inferiores às estabelecidas na lei, o que também gera distorções. "Existe um grupo de trabalho que está estudando as alterações da Lei nº 8.388 (Lei da Rolagem das Dívidas) para adequá-las dentro dos interesses das partes", esclareceu Danilo de Castro.

Todas essas modificações terão que passar pelo Congresso Nacional e terão que ser rapidamente aprovadas para que os acordos possam ser firmados ainda dentro do prazo fixado anteriormente para a renegociação — 31 de dezembro próximo. Danilo de Castro diz que, com a lei atual, a cobrança das dívidas é praticamente inviável. "Da maneira que está aí, não adianta cobrar, porque os estados não têm capacidade de pagamento para quitar a parte da dívida que venceu depois de 30 de setembro de 1991", explicou. A ampliação do prazo-limite beneficiaria os estados e municípios nesta situação. E que, na expectativa de renegociação das dívidas, muitos começaram a atrasar os pagamentos mais recentes, e, para terem direito à rolagem é preciso que estejam em dia com as suas dívidas de 30 de setembro de 1991 em diante.

A Caixa Econômica é credora de cerca de 25 por cento da dívida global dos estados e municípios junto ao Governo federal. Segundo Danilo de Castro, 98 por cento do débito são originários de empréstimos com recursos do FGTS concedidos há mais de dez anos.

(Ao exame da Comissão Diretora)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa Diretora para decisão, nos termos do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento quer será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 794, DE 1992

Nos termos dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno, requero seja solicitada ao Ministério da Educação e Desporto a remessa, de todas as peças do inquérito administrativo ora em andamento na Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia.

Sala das Sessões, 6 de novembro de 1992. — Senador **Ronan Tito**.

(Ao Exame da Comissão Diretora)

REQUERIMENTO Nº 795, DE 1992

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 43, Inciso I, do Regimento Interno, requero licença para tratamento de minha saúde, no período de 9-11-92, conforme laudo de inspeção médica em anexo.

Brasília, 6 de novembro de 1992. — Senador **Carlos De'Carli**, 2º Vice-Presidente do Senado Federal.

ATESTADO

Atesto para fins de prova junto ao Senado Federal que o Exmº Sr. Senador Carlos Alberto De'Carli necessita permanecer afastado de suas funções parlamentares durante o período de 9-11-92 a 20-11-92 em decorrência de tratamento de saúde, a que deverá submeter-se em clínica especializada, na cidade de New York dos Estados Unidos da América do Norte.

C.I.D. 250.7/0

Brasília, 5 de novembro de 1992. — Dr. **Edgelson José Targino Coelho**, Diretor da Subsecretaria de Assistência Médica e Social.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O requerimento está devidamente instruído com atestado médico.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Teixeira. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eptácio Cafeteira.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (— MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o noticiário de hoje nos dá conta de todos os esforços do Governo para libertar, ainda hoje, os dezoito

brasileiros remanescentes em Angola, aprisionados pela UNITA.

Por outro lado, apenas informa que medidas estão sendo encetadas pelo Ministério da Justiça para liberar os reféns dos índios Guajajaras, no Maranhão.

Enquanto nos apressamos para soltar dezoito brasileiros em Angola, parece que vamos devagar na hora em que temos que enfrentar os índios Guajajaras para livrar os reféns que, segundo um jornal, chegam a mais de cem e, segundo outro, chegam a quatrocentos.

Fui Governador do Maranhão e conheço o problema da aldeia de São Pedro dos Cacetes, que é realmente um enclave branco em território Guajajara, mas que não interfere em coisa alguma na vida dos índios.

Tive oportunidade, como Governador, de tentar uma negociação com os Guajajaras, oferecendo-lhes, em terras, o dobro do território ocupado pelos brancos na aldeia de São Pedro dos Cacetes. Sr. Presidente, é preciso que fique registrada a resposta que tive dos índios: eles não aceitaram a proposta, dizendo que não era a quantidade de terras o que queriam, e sim as casas, a luz elétrica, o serviço de água. Eles querem, enfim, encontrar tudo pronto e tomar conta, porque, segundo a demarcação, aquela aldeia estava no enclave dos Guajajaras. Mas os brancos moram lá há mais de 100 anos. O que quer parecer, Sr. Presidente — aqui aproveito para fazer o registro — que estamos tentando “posar” para os outros países. Estamos querendo aparentar, dentro do que preceituou, examinou e tratou a Rio-92, perante o mundo, como uma nação que respeita o índio, seus direitos, a ecologia, enfim, que abre mão até mesmo dos direitos dos seus cidadãos em benefício dos índios.

Durante a Conferência Rio-92, aconteceu o caso do Paulinho Paiaká, que estuprou uma branca, ficou dentro da sua aldeia e disse: daqui não saio. E não saiu. E não se diga que é um índio que não sabe o que faz. Ele é culturado e muito rico; segundo dizem, tem até o seu próprio avião e o piloto. Mas tem o direito de sair da sua aldeia, estuprar e ficar por isso mesmo?

Na hora em que os índios fazem reféns, é formada uma comissão. Aqui diz o O Globo:

“O Ministério da Justiça formou ontem uma comissão com representantes da Funai, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), do Governo do Maranhão e da Procuradoria-Geral da República, para estudar a situação da reserva.”

Mas estudar a situação da reserva é algo vago, não sabemos quando vai terminar. O que queremos saber é como vamos resolver o problema desses reféns, que estão muito mais angustiados e sofrendo mais do que os dezoito brasileiros que ainda restam em Angola e que, segundo as informações, estão sendo tratados de forma civilizada.

O Sr. Gerson Camata — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA — Com muito prazer, nobre Senador Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata — Senador Eptácio Cafeteira, tenho acompanhado — não com o mesmo conhecimento que tem V. Exª, mas com muito interesse — a situação de seu Estado com o problema da reserva dos índios Guajajara. Várias vezes problemas semelhantes têm sido apresentados aqui no plenário e sempre tenho dito que a culpa não é dos índios, mas da política que o Governo brasileiro e nós, os caras-pá-

lidas, temos com relação a eles. Repito um exemplo que já citei aqui: no Espírito Santo, ocorreu um fato muito interessante da política indigenista brasileira, pois o Espírito Santo, pelo que me lembro, nunca teve índios. No descobrimento do Brasil, havia lá a tribo dos Teniminós e, segundo se diz, também uma outra tribo de Tamoios, que eram índios que vinham do Estado do Rio de Janeiro para o norte do Brasil e pararam no Espírito Santo. Quando assumi o Governo do Estado, apareceu a Funai, na cidade Aracruz, numa fazenda onde moravam algumas pessoas, dizendo que aquela área não era propriedade de ninguém, porque era uma reserva dos índios. Eu disse: "Mas não tem índios." Então, o pessoal da Funai foi ao Rio Grande do Sul e arranhou uma tribo de índio Guaranis; colocaram-nos em mais ou menos vinte ônibus e levaram-nos até Aracruz. Lá, eles começaram a dar pauladas com tacape na cabeça dos fazendeiros e de pessoas humildes, e, assim, o Governo do Estado teve que fazer um conjunto residencial na cidade para tirar os moradores que estavam esparsos por aquelas terras, ocupadas muito antes da chegada dos guaranis. Nunca houve índios guaranis no Espírito Santo antes e os atuais falam espanhol — devem ser do Paraguai, porque os guaranis, pelo que soube, são de lá. Pois bem, é isso que a Funai faz. Esse problema foi resolvido, graças a Deus, os índios estão bem acolhidos. Mais interessante ainda — vou contar a V. Ex^a outro fato até hilário — é que os índios que estão lá vivem e se sustentam da venda de arcos e flechas, até muito bem feitos. Quem vai àquelas praias da região de Aracruz encontra crianças índias vendendo arcos e flechas. Há pouco mais de um ano, fui ao bairro de Jardim América visitar um amigo de quem ia ser padrinho de casamento e ele me levou a uma fábrica de móveis onde vi pilhas de arcos e flechas. Descobri, então, que o arco e a flecha dos índios são feitos por um português; os índios vão lá e os encomendam ao português, que os fabrica para que eles vendam. Veja V. Ex^a como a política indigenista é mal conduzida. Essa teoria, que é símile da igreja católica — quem fala a V. Ex^a é um católico, mas que tem feito essa crítica dentro da igreja —, propala esse tipo de doutrina de que o índio deve ser abandonado, vivendo na idade da pedra lascada, numa civilização meio autóctone, solta. Ora, todo mundo tem o direito aos avanços do conhecimento, aos progressos da humanidade, mas o índio não; tem que ficar no mato rachando pedra, jogando flecha um no outro e comendo peixe, quando consegue; e fruta que cai das árvores. Acho que ele deve ser aculturado. Como todo ser humano, ele tem direito a tudo isso que a humanidade alcança e que, há séculos e séculos de trabalho de pesquisa, vem conseguindo. O índio tem que ter avião, tem que ter satélite, tem que ter televisão e não ficar abandonado. Se nós, os caras-pálidas, mudarmos esse tipo de comportamento, através da correção que deve ser feita na Funai, daqui a um pouco esses problemas deixarão de existir, porque os índios serão cidadãos como nós e, civilizados, não vão fazer ninguém de refém e também não vão querer um território, como recentemente os ianomâmis que ganharam um área maior do que uns dez países da Europa, para 100 mil índios que moram por lá. Há necessidade de que se mude o conceito que a Funai tem em relação aos índios. Solidarizo-me com a preocupação de V. Ex^a, na qualidade de eficiente ex-governador que foi do seu Estado, competente parlamentar, Deputado e Prefeito que não podia deixar de posicionar-se diante de mais esse problema enfrentado por seu Estado e diante da excitação do momento para resolver um problema que não é apenas da reserva: são seres humanos

que estão lá aflitos, prisioneiros de alguém que, por incultura, pode até sacrificá-los. Deus não queira que isso aconteça. Cumprimento V. Ex^a pela oportunidade do pronunciamento.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA — Nobre Senador Gerson Camata, o aparte de V. Ex^a enriquece o meu pronunciamento e acrescenta dados realmente hilários sobre essa questão indigenista.

Digo mais a V. Ex^a, chegamos a tal ponto que precisamos raciocinar sobre o que está ocorrendo no que tange, por exemplo, à demarcação de reserva, como a Ianomâmi e outras tantas.

Por que essas demarcações? Porque aplaudidas pelos países, principalmente, da Europa e da América. Na medida em que esses territórios forem indígenas, amanhã, nem nós vamos poder entrar lá. A ONU pode perfeitamente assumir o controle da defesa dos direitos do índio; o terreno deixa de ser brasileiro e passa a ser de uma nação indígena. Essa é a minha primeira preocupação.

Lembra V. Ex^a que esse mesmo Paulinho Paiakan, que estuprou uma moça no Pará, era recebido na Europa como Chefe de Estado, tendo recepções mais concorridas do que os nossos próprios representantes do Itamarati, como uma demonstração de apoio e prestígio?

Quando Paulinho Paiakan foi acusado pelo estupro, ficando confirmado que não era a primeira vez, quem ficou mais abalado com isso foram os europeus e os americanos, que queriam colocá-lo num pedestal, para fazerem negócios futuros entre a tribo de Paiakan e os países do Leste Europeu. Portanto, isso é preocupante.

Os jornais nos dão conta de que o nosso colega, hoje Ministro da Justiça, Maurício Corrêa, determinou à Polícia Federal a abertura de inquérito para apurar a morte do índio guajajara, assim como prioridade a abertura de inquérito sobre a sultura dos reféns.

Durante os três anos em que fui Governador do Maranhão não houve nenhum problema com os índios.

É preciso que se entenda que existe um grupo realmente inocente — não digo débil mental —, mas que, por falta de cultura e pela sua formação, são conduzidos por outros mais inteligentes e vivos, começando até mesmo por representantes da Funai, os chamados aculturadores, que terminam sendo mais advogados dos índios do que representantes do Governo. Nas negociações entre o Governo e os índios, eles falam como representantes do Governo, mas posteriormente conversam com os índios e recomendam-lhes que não aceitem a proposta.

Então, cria-se essa diferença entre os índios que vivem, realmente, na reserva e os que vivem em nossas cidades, fazendo com que fique difícil de se distinguir se ele é um índio ou um "cara pálido". Na realidade, todos nós somos oriundos dos índios, há uma mixagem. É preciso que se entenda que essa gente que sai e volta, aproveitando-se da condição da política indigenista para fugir às responsabilidades, tem perfeito conhecimento do que é certo e errado. Então, precisa submeter-se à legislação e, conseqüentemente, sofrer a punição pelos crimes que comete. Paulinho Paiakan é um dos que mais sabe disso. Não vi nenhum movimento do Governo para puni-lo pelos crimes — não digo pelo último — que praticou, escondendo-se atrás do seu cocar.

O Sr. Ronaldo Aragão — V. Ex^a, me permite um aparte, nobre Senador Epitácio Cafeteira?

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA — Ouço, com muita alegria, o nobre Senador Ronaldo Aragão.

O Sr. Ronaldo Aragão — Senador Epitácio Cafeteira, ouço o pronunciamento de V. Exª hoje, reportando-se à política indigenista no Brasil. Quero, aqui, dar um testemunho a V. Exª do que ocorre no meu Estado, Rondônia. O IBAMA proíbe o cidadão que vai para o Estado de Rondônia para tornar-se agricultor de abrir a floresta para plantar milho, feijão, arroz, cacau, café etc. havendo uma política restritiva, que chega ao extremo de levar esse agricultor às barras da prisão. Enquanto a Funai protege o índio — meia dúzia —, que fica na aldeia; outros são negociantes e estão vendendo toda a madeira da reserva indígena sem que haja um “Pai Nosso” de penitência, sendo acobertados pela política indigenista e pelo Ministério da Justiça. Hoje, temos índios andando em automóvel Santana 2.000, equipado com ar condicionado, gastando o dinheiro resultante da venda da madeira em boates, com mulheres, em motéis. E não vejo nenhuma ação da Funai e dos órgãos responsáveis pela proteção indígena para que se coíba esse abuso. V. Exª tem toda a razão quando fala do Paikani, que é um homem rico, que explora as reservas minerais; quando diz que não há nenhuma ação dos órgãos competentes; que há a proteção total da lei, da Funai, do Ministério da Saúde, do Ministério da Justiça etc. É preciso que se faça uma revisão dessa política indigenista no Brasil, onde o índio tem toda proteção. Dou um testemunho do que presenciei em conversa com um índio, chamado Roberto Carlos, em Rondônia, ao pedir-lhe uma explicação sobre a venda da madeira. Ele respondeu: “Estou vendendo a madeira e depois vou vender a terra, porque a terra é minha”. Veja V. Exª a que ponto estamos com essa política de excesso de proteção, que está sendo dada a determinados índios. Entendo que deve existir a proteção, mas do verdadeiro índio, daquele que ainda não quis se integrar à civilização, daquele que está na maloca. Mas em nome desse é que se está devastando, indiscriminadamente, na Amazônia, se explorando o minério, onde meia dúzia está se apoderando e fazendo daqueles que são realmente índios escravos dos próprios índios, com a cobertura da legislação que aí está. Parabeno V. Exª pelo discurso.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA — Nobre Senador Ronaldo Aragão, V. Exª enriquece o meu discurso com seu aparte. Entendo, como V. Exª, que há necessidade de proteger o desprotegido. Disse, em meu pronunciamento, que existe o índio desprotegido, que não tem a malícia do “cara pálida”. Mas existe o índio que tem a malícia do “cara pálida” e a cara de índio; é esse o responsável por todas essas mazelas; ele se esconde debaixo do cocar; vestido de índio ele faz o que quer; e veste-se de índio toda vez que tem de prestar contas dos seus erros. O que existe é que eles negociam com garimpeiros para que entrem em suas terras para garimpar; negociam com madeireiros e vendem a madeira da terra indígena; negociam com traficantes de tóxico, plantam maconha — porque não podem ser presos por essa plantação — e a vendem. A esse respeito há, inclusive, o último problema acontecido no Maranhão, quando a Polícia Federal entrou em terras indígenas em busca de uma plantação de maconha e foi dominada pelos índios, que bateram nos policiais, tomaram as suas armas e ficaram com os seus veículos.

Na realidade, aquele grupo é de marginais e não de índios que precisam de proteção. Pelo contrário, quem acabou preci-

sando de proteção foi a Polícia Federal, que foi maltratada dentro da reserva.

Os índios de que estamos tratando aqui são aqueles que compram dólares, aplicam no mercado financeiro, vão para o exterior, compram automóveis, aviões, têm antena parabólica, compram certificados de ouro no mercado futuro, enfim, são marginais escondidos na condição de índios.

Quero, neste meu pronunciamento, fazer um apelo veemente ao nosso colega, Senador Maurício Corrêa, hoje Ministro da Justiça, para que envide todos os esforços, para que vá, imediatamente, em socorro daqueles reféns, que estão sofrendo mais do que os dezoito brasileiros que ainda estão em Angola — segundo as informações das Nações Unidas eles estão sendo bem tratados.

Se os reféns dos guajajaras estiverem sendo tratados como a Polícia Federal foi tratada, eles não estão tendo respeitados os seus direitos. E isso acontece porque há a desculpa: o índio não sabe o que são direitos humanos. Eles não sabem o que é direito humano quando se trata do direito dos outros; quando se trata do seu direito, eles sabem o que é. Não sabem o que é direito humano quando saem para estuprar; mas sabem o que é quando uma índia é estuprada.

O Sr. Jonas Pinheiro — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA — Concedo o aparte ao nobre Senador Jonas Pinheiro, com muito prazer.

O Sr. Jonas Pinheiro — Quero somente dizer a V. Exª e à Casa quão oportuno é este tema trazido neste momento à nossa consideração. A par dos numerosos problemas citados por V. Exª, pelo Senador Gerson Camata e também pelo Senador Ronaldo Aragão, quero apenas acrescentar uma outra informação que, somada às já aqui citadas, produzirá uma reflexão densa sobre a questão indígena, sobre a política indigenista em nosso País. Veja V. Exª que nesta discussão não poderíamos deixar de considerar a questão ianomâmi. O Estado de Roraima está inviabilizado economicamente, porque, eu creio, não passou de uma atitude extremamente demagógica a delimitação de uma área de quase 10 milhões de hectares para um número reduzido de índios — menos de quatro mil — que vivem naquela região tão rica, uma província mineral sem precedentes, sem similar no nosso País. Essa área imensa, contingenciada que está, fica inutilizada, porque essa reduzida população indígena jamais a explorará economicamente. Ademais, devo aduzir que os índios vivem lá numa situação de desamparo, de descuido, doentes, morrendo à míngua em cima de um patrimônio, de uma área riquíssima, que poderia, dentro de uma política criteriosa, conscienciosa, voltada para a real proteção do índio, ser muito bem explorada economicamente. Concordo com V. Exª, exatamente com esses termos que colocou: há os que são índios e os que estão travestidos de índios, que se utilizam dos benefícios da lei de proteção ao índio e também dos benefícios que os põem fora do alcance da lei quando praticam algum delito. Parabeno V. Exª pela oportunidade com que traz ao debate essa questão, e dizer que já passou da hora de se encarar com realidade e sem demagogia a política indigenista em nosso País. É um assunto da maior gravidade, que está repleto de ações demagógicas, encobrindo a realidade, disfarçando, camuflando, escamoteando a verdade real sobre os índios, e que há políticas que procuram sensibilizar o emocionalismo, o emotivo da nossa população, explorando-o na defesa de interesses que são escusos: do emprego, de interesses econômicos, de interesses da mais variada ordem. De modo que

eu queria apenas acrescentar mais essa informação, para se somar às aqui já dadas, e dizer que está passando da hora de derramarmos a nossa preocupação sobre esse problema, que é passível de uma solução definitiva. Meus parabéns a V. Ex^a, que com tanta oportunidade traz ao debate esse tema.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA — Nobre Senador Jonas Pinheiro, agradeço o aparte de V. Ex^a, que enriquece o meu discurso na medida em que mostra o seu Estado exatamente na situação angustiante dessa demarcação.

O que está nos faltando, nobre Senador, é coragem para desmascarar os interesses escusos que estão por detrás das notícias. Estamos em nossa terra e de repente chega um Sr. Sting e vai para o Amazonas e lá faz o seu *marketing*; manda confeccionar camisas para vender com estampas do Amazonas e com o seu nome. Usa e abusa.

Paikan, como falei ainda há pouco, desfilou de cocar pela Europa e foi sempre bem tratado. Mas por quê? Porque naqueles países há o desejo de ver esse território destacado das terras brasileiras, colocado, amanhã, sob a proteção da ONU. E vamos ficar olhando as nossas riquezas, aquelas mencionadas por V. Ex^a, que estão sem poder ser exploradas — pois os índios foram colocados sobre elas, para não haver a exploração —, até que eles venham retirá-las.

A Amazônia, que, segundo a música, é a insônia do mundo, está sendo por eles preservada para poderem usá-la. E vão querer usá-la à custa desse simbolismo, criado em função do índio. Faz-se uma demarcação como a dos ianomâmis sabendo que eles não têm condição sequer de migrar para as suas colônias dentro do seu território.

Entendo que o Governo tem que funcionar como protetor do índio, como protetor daquele que não sabe o que é certo e o que é errado. Mas para proteger o índio que não sabe o que é o certo e o que é errado, ele tem que utilizar a técnica que usamos com os nossos filhos: o prêmio no acerto e a punição no erro, para ele distinguir o certo do errado.

Não podemos assistir, de braços cruzados, que se façam reféns — não sei se cem ou quatrocentos, pois as informações variam de um jornal para outro. Mas vimos os ônibus todos parados na estrada; estrada parada e reféns. E o inquérito foi aberto apenas para se saber quem matou o rapaz índio que deu origem a todo esse tumulto.

Não há como abrir um processo contra os índios, que, de forma sabida, como sabidos que são, criaram esses reféns. Eles querem a aldeia de São Pedro dos Cacetes com suas terras cultivadas, com as suas casas, com a sua água, com a sua luz, enfim, com todos os seus benefícios. Isso é malandragem e não pode ser acobertada pelo Governo, que deve educar para o bem, e não para a malandragem! É preciso que o Governo atente, para retirar, com urgência e com autoridade, os reféns feitos pelos índios guajajaras.

Não sei se os reféns são todos maranhenses ou se são brasileiros de outros Estados que estavam de passagem naquela estrada. Mas, sejam ou não maranhenses, quero, em nome do Maranhão, como Senador daquele Estado, reclamar e pedir urgência para o socorro a pessoas que estão, eu diria, seqüestradas, turbadas no seu direito constitucional de ir e vir. E a competência para resolver este problema é exatamente do Governo Federal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Epitácio Cafeteira, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Beni Veras, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA (PDT — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, uma razão apenas me traz a esta tribuna na manhã de hoje: a urgência na solução do grave problema do financiamento do setor público em Brasília.

Independentemente da minha condição de representante do Distrito Federal nesta Casa, não posso permanecer calado enquanto se deterioram os serviços públicos desta cidade que tem a elevada responsabilidade de sediar a capital do nosso País.

A gravidade do assunto não admite delongas. Assistindo aos últimos noticiários sobre as dificuldades financeiras do Governo do Distrito Federal, sinto-me inclinado a tentar imediatamente uma solução, o que me leva a estar apresentando, nesta oportunidade, uma proposta — já encaminhada à Mesa — de emenda à Constituição Federal neste sentido.

Todos os autores são unânimes ao reafirmarem que a origem da dependência financeira do Distrito Federal não é econômica mas institucional, eis que essa unidade da Federação, tal como São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas, transfere recursos para a União e dela não drena tais recursos para o seu custeio.

Esta situação origina-se do fato de que o Distrito Federal está situado no rateio do produto da arrecadação federal como Estado e município e não como uma unidade específica, para cumprir papéis também específicos no seio da Nação. Esta incorreção, Sr. Presidente, a nosso ver, de colocar-se o Distrito Federal nesses liames na distribuição das transferências vinculadas, faz com que apenas 0,6% do Fundo de Participação dos Estados retorne aos cofres da Capital Federal, num valor médio aproximado, nos últimos anos, em torno de 30 milhões de dólares. Vejam só: 30 milhões de dólares, enquanto a arrecadação federal em seu território é superior a 2 bilhões de dólares. Arrecadam-se 2 bilhões de dólares e dá-se ao Distrito Federal 30 milhões de dólares. Mesmo assim, normalmente, com o pires nas mãos.

Já como município, a condição de Brasília perde-se entre outras 4 mil unidades, que igualmente se reparte na disputa pelas transferências vinculadas do Fundo de Participação dos Municípios.

Ora, a condição do Distrito Federal é exclusiva e nada justifica situá-lo, para efeitos das transferências vinculadas, como Estado e município.

Como já disse, trago de pronto, à apreciação do Congresso Nacional, uma proposta de emenda constitucional sobre a matéria; único caminho capaz de equacionar institucionalmente a questão da dita dependência financeira do Distrito Federal frente à União.

Propondo — e estou certo de receber o apoio desta Casa, que teve, desde a inauguração de Brasília, competências legislativas sobre o Distrito Federal e que, por isso mesmo, responsabiliza-se pelo seu futuro — a criação de um Fundo de Participação do Distrito Federal, com base na alíquota de 5% sobre o produto da arrecadação federal do IPI e Imposto de Renda.

O Distrito Federal tem sido impropriamente tratado como a soma aritmética de Estado e município e, por isso, contemplado com a dupla competência tributária de um e de outro.

Por esse fato, tem sido beneficiado também no rateio dos fundos vinculados — Fundo de Participação dos Estados

e Fundo de Participação dos Municípios - como um e outro. Mas não somos jurídica, doutrinária ou politicamente nem um nem outro. Somos uma unidade específica do contexto federativo, dotado de autonomia administrativa e financeira, destinada a ser a Capital Federal de todos os brasileiros, sediando os Poderes da República.

Podemos ter, por equidade tributária e forçoso imperativo de igualação de preços no mercado, competências tributárias de Estado e município, mas isso não nos pode condenar a participar dos fundos vinculados - Fundo de Participação dos Estados e Fundo de Participação dos Municípios -, quando esse processo nos penaliza e leva à instabilidade a função capital de sede do governo.

A origem da dependência financeira do Distrito Federal, frente ao Tesouro Nacional, tem sido estudada por diversos especialistas, dentre os quais destacamos o jornalista Expedito Quintas e o economista Paulo Timm, além de vários parlamentares locais que vêm se debruçando sobre o tema. Todos são unânimes ao assinalar a necessidade de se institucionalizar um mecanismo que eleve o nível das receitas próprias de Brasília, dando-lhe, assim, maior autonomia financeira.

O Sr. Jonas Pinheiro — Permite V.Exª um aparte?

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Com muita honra, nobre Senador Jonas Pinheiro.

O Sr. Jonas Pinheiro — Eu desejo parabenizar V.Exª pela iniciativa de oferecer uma emenda à Constituição, objetivando institucionalizar mecanismos financeiros que assegurem a Brasília as condições de que ela tanto necessita como capital do País e, portanto, alvo das atenções de todos os brasileiros e estrangeiros que aqui acodem, a negócios ou em viagem turística. Tais pessoas necessitam encontrar nesta cidade, que é o cartão de visita de nosso País, as melhores condições possíveis. Embora parabenize a iniciativa de V.Exª, eu vejo que ela, neste momento, talvez não tenha alcançado seu objetivo enquanto emenda a ser aprovada, porque estamos no final do exercício, no final desta legislatura, mas serve, pelo menos, de um alerta e que já coloca nas nossas mentes a preocupação e a disposição de nos juntarmos para aprová-la por ocasião da revisão da Constituição, que está prevista para 5 de outubro do próximo ano, mas já se fala, de forma muito concreta, de sua antecipação para o mês de maio do ano vindouro, faltando, portanto, um prazo muito exíguo para que comecemos a revisão constitucional. Essa emenda, que não creio venha a ser aprovada até lá, será utilíssima como suporte, para que incluamos, na revisão constitucional, os dispositivos, os mecanismos que assegurem esses recursos ao Distrito Federal, que é uma unidade singular e, portanto, merece um tratamento exclusivo e diferenciado. Até porque, como disse, é a Capital do País, e para Brasília estão voltadas as atenções dos brasileiros e dos estrangeiros. Parabenizo V. Exª, dizendo que pode contar com a nossa solidariedade e com a Bancada do PTB nas duas Casas, para apoiar essa justa aspiração que V. Exª traz em nome dos brasilienses.

O SR. PEDRO TEIXEIRA — Agradeço a interferência do nobre Senador Jonas Pinheiro. Não podia deixar de ser essa a nossa expectativa, por sabê-lo um homem comprometido com as nossas esquinas, com as nossas problemáticas e de uma grande sensibilidade e, por certo, será um arauto dessa nossa proposição: nasça hoje ou nasça na época aprazada. Mas o importante é que essa luz no fundo do túnel merece de todos nós brasilienses um exame profundo e um apoio-

mento, como nos está sendo fornecido, *a priori*, aqui. Fico muito enriquecido e o Distrito Federal, a sua população e nós, que aqui vivemos, ficamos honrados, certamente fortalecidos e robustecidos nessa nossa proposição.

Sr. Presidente, leio, a propósito, a justificação da emenda que já apresentei à Mesa, para melhor esclarecer tão discutido assunto.

Vocacionada para funcionar como sede do poder central, Brasília, que é a Região Administrativa nº 1 do Governo do Distrito Federal, tem sucumbido junto com suas 12 cidades satélites às crescentes necessidades de recursos para o financiamento do setor público local. Delineia-se, assim, uma insustentável situação de vulnerabilidade financeira em uma cidade que, como Capital Federal, tem a nobre missão de sediar o Poder Público Federal arcando, por conseguinte, com as onerosas responsabilidades dela decorrentes.

A despeito dessas evidências, o Governo do Presidente Collor ameaçou - esta é a palavra - através do Decreto nº 323/91 - revogado no último instante de sua permanência no cargo - cortar as transferências negociadas da União para o custeio do Distrito Federal. Isto teria sido um desastre, pois essas transferências têm historicamente garantido o funcionamento da nossa cidade, da Capital de todos os brasileiros.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, a situação das finanças públicas no Distrito Federal está pois a merecer cuidadosa atenção do Congresso Nacional, a fim de que não se coloque em cheque essa fantástica experiência representada por Brasília.

O Distrito Federal, através de sua administração local, exerce funções nacionais como sede do Governo Central, pois é a hospedeira do Brasil e do mundo.

Se analisarmos, vamos verificar que dificilmente um governador do Estado de V.Exª, o Maranhão, será recepcionado em Santa Catarina ou no Sul e, no entanto, todos os governadores serão recepcionados aqui, todos os funcionários públicos federais, inclusive os desta Casa, têm a sua disposição, desde o alvorecer do dia, um poder de polícia, uma assistência médica de plantão, escolas, colégios, tudo isso para que realmente seja essa extraordinária cidade - vamos dizer numa linguagem até comum - gostosa de se viver, tranqüila, onde as decisões nacionais têm sido adotadas na sua soberania, exatamente porque é a capital de todos os brasileiros, e foi mercê de Deus feita para que o Brasil pudesse crescer em direção ao Oeste e ao mundo.

Sr. Presidente, diria eu que Brasília exerce funções nacionais como sede do Governo Central. Não é justo que tais encargos recaiam sobre o morador local. De resto, entre outras coisas, a União não paga nem o IPTU sobre os imóveis que ocupa!

Mas Brasília é algo mais do que a sede do Governo. É a realização de um sonho secular do povo brasileiro que teve início com os inconfindentes: transferir a capital para o interior do País, de onde brotariam os laços para uma Nação mais integrada e homogênea.

A Cidade, com 32 anos, recém desperta para essa função, deve ser mantida como um projeto federal prioritário, apoiado por um fundo próprio, tal como estamos a propor, o Fundo de Participação do Distrito Federal e incluído, como tal, no Plano Nacional de Desenvolvimento.

Além disso, Brasília é o maior projeto cultural realizado no País, hoje consagrada como Patrimônio da Humanidade.

A propósito, o jornal *Correio Braziliense*, em seu editorial da última segunda-feira, resalta a necessidade da reposição,

ao Distrito Federal, das transferências intergovernamentais e constitucionais, na oportunidade em que está sendo revista a proposta orçamentária para a lei de meios de 1993. O referido artigo registra, com efeito, significativas reduções nas dotações de custeio para programas essenciais de Educação, Saúde, Seguridade e Transporte, acrescido ao fato de que a limitação de verbas para a defesa nacional atinge duramente setores cruciais, a ordem administrativa de Brasília e de suas cidades satélites, especificamente nas rubricas relativas à polícia militar, à polícia civil, ao corpo de bombeiros, ao sistema carcerário e à justiça do Distrito Federal. Por fim, o citado veículo de comunicação destaca, ainda, a exígua participação - vejam bem esses números, Sr. Presidente e Srs. Senadores - do Distrito Federal nos recursos constitucionais da União, cujo trecho gostaríamos, nessa oportunidade, de citar, sinteticamente, para melhor ilustrar esse importante assunto:

"A extrema modéstia da participação do Distrito Federal como unidade, quer federada, quer municipal é uma realidade aviltante para as dimensões políticas da Capital da República, em sua abrangente expressão institucional, como o centro das decisões nacionais.

Constam da Portaria nº 526, de 25 de setembro último, do Departamento do Tesouro Nacional, os dados pertinentes à repartição das receitas tributárias da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Para uma arrecadação líquida de 7 trilhões, 774 bilhões, ao Distrito Federal, como unidade federativa, foram destinados apenas 12 bilhões, 186 milhões, num bolo global de 1 trilhão, 975 milhões, cujo parcial mais próximo ao de Brasília foi consignado ao Mato Grosso do Sul, com 22 bilhões, 418 milhões, quase o dobro, porém, do assegurado ao Distrito Federal.

Na partilha do FPM a indigência revelou-se franciscana. A Brasília, como capital e como município, coube tão-só Cr\$ 3,778 bilhões, um pouco mais que os Cr\$ 3,023 bilhões destinados a Campo Grande, num contexto global de Cr\$ 25,758 bilhões para o Estado de Mato Grosso do Sul."

Por todas essas razões, deve o Distrito Federal consolidar sua posição no contexto federativo, como uma unidade própria e exclusiva, com direito a um Fundo de Participação com recursos suficientes para assegurar tanto o seu funcionamento como Capital da República quanto o exercício de suas funções culturais e regionais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Teixeira, o Sr. Beni Veras, Suplente de Secretário deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eptácio Cafeteira.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Albano Franco - Beni Veras - Esperidião Amim - Guilherme Palmeira - Hydekél Freitas - João Rocha - Levy Dias - Mário Covas - Meira Filho - Moisés Abrão - Nabor Júnior - Nelson Carneiro - Nelson Wedekin - Ney Maranhão - Pedro Teixeira - Rachid Saldanha Derzi - Raimundo Lira.

O SR. PRESIDENTE (Eptácio Cafeteira) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

A votação das matérias constantes dos itens 1 a 3 da pauta fica adiada por falta de quorum.

São os seguintes os itens cuja votação fica adiada:

— 1 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 73, DE 1992

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 64, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 375, inciso VIII, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 73, de 1992 (nº 107/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Jet — Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na Cidade de Teresina, Estado do Piauí, tendo

PARECER favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Bello Parga.

— 2 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 74, DE 1992

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 64, § 2º, do Regimento Interno, combinado com o art. 375, inciso VIII, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 1992 (nº 127/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio A Voz de São Pedro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na Cidade de São Pedro, Estado de São Paulo, tendo

PARECER favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Beni Veras.

— 3 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 75, DE 1992

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 64, § 2º, da Constituição, combinado com o art. 375, inciso VIII, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 1992 (nº 140/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Rural de Muzambinho Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora na Cidade de Muzambinho, Estado de Minas Gerais, tendo

PARECER favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Beni Veras.

O SR. PRESIDENTE (Eptácio Cafeteira) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Wedekin.

O SR. NELSON WEDEKIN (PDT — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a questão educacional no Brasil transformou-se, na verdade, em um dos maiores problemas do País e, sem dúvida, um dos que mais desafiam a capacidade criativa do Governo e de toda a população. Todos concordamos com o fato de que a educação é um setor de importância fundamental para que o Brasil consiga estabelecer, com bases sólidas, o seu caminho para o futuro e para a modernidade.

Em outubro de 1991, o Banco Mundial elaborou um relatório sobre o ensino superior em nosso País, que podemos classificar como vergonhoso e deprimente.

Nada de novo apresentou o relatório foi dito então, no entanto, a síntese que produziu retrata fria e cruamente o descalabro a que chegamos. Eis alguns tópicos: vinte e três por cento dos recursos públicos brasileiros são destinados ao ensino superior, o qual atende apenas a dois por cento dos alunos; um grande número de escolas isoladas, que matriculam aproximadamente quinhentos mil alunos, são administradas como simples negócio; o Governo Federal gasta 7.930 dólares anuais por estudante de nível superior, o que corresponde a cinquenta vezes mais do que é gasto no primeiro e no segundo grau; no período 1983/89, o número de professores nas escolas federais passou de 43 para 44.500, enquanto o número de alunos diminuiu de 340 para 318 mil e a quantidade de funcionários aumentou de 65 para 92 mil.

Diz mais o relatório do Banco Mundial: na construção de universidades, o excesso de investimento de capital atinge a cifra de 1,6 bilhão de dólares, e acrescenta que o Governo deveria cobrar, pelo menos em grande parte, o custo das escolas públicas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a crise das universidades brasileiras tornou-se tão preocupante que mereceu a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional, cujo relator foi o eminente Senador João Calmon.

De acordo com o relatório, são graves os pontos de estrangulamento das universidades brasileiras, a começar pela própria questão da autonomia, garantida pela Constituição de 1988, mas que, na prática, nada significou até o presente.

Os últimos dez anos foram de total estagnação. Em 1989, havia 315.283 estudantes universitários no Brasil. Em 1991, 335.607. Em 1980 contavam-se 42.010 professores e, em 1991, o total era de 46.795, traduzindo uma expansão de apenas 11% em relação a 1980.

No que diz respeito aos recursos financeiros, de 1980 a 1985, as liberações do Tesouro Nacional para as universidades mantiveram-se constantes. Em 1986, ocorreu significativo aumento real na destinação de recursos, atingindo, em 1989, o dobro do montante liberado em 1985. A partir de 1990, teve início uma forte retração, chegando as despesas realizadas aos níveis de 1986, em referência ao salário dos professores.

As universidades públicas federais padecem de outro grave problema em relação aos recursos: a grande dependência dos recursos do Tesouro. Em 1991, setenta e nove por cento da receita das universidades federais provinham do Tesouro, dezessete por cento eram constituídos de recursos próprios e quatro por cento originavam-se de convênios.

Durante os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, foram constantes as afirmações no sentido da deficiente qualidade do ensino nas universidades brasileiras. Há universidades que satisfazem aos requisitos formais, inclusive o relativo à universidade do ensino, mas estão muito distanciadas dos padrões internacionais em termos de competência. Os currículos são anacrônicos e há deficiências de toda ordem no magistério; muitos professores possuem apenas o curso de graduação, e as aposentadorias precoces são frequentes, o que, na expressão do relatório da CPI, constitui uma 'verdadeira sangria de talentos'. Dos 4.521 cursos universitários existentes no Brasil, menos de mil podem ser tomados como consistentes.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a crise, porém, não se restringe apenas aos aspectos financeiro e administrativo, ao regime jurídico, ao corporativismo e ao fisiologismo. Há também uma profunda crise de perspectivas e quanto ao papel da pesquisa científica e tecnológica no âmbito do atual modelo econômico. Os mercados adiantados parecem dispensar a existência de pesquisa científica e da própria universidade nos países periféricos.

No contexto da pesquisa científica, os números falam muito alto. Em 1991, o Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (CNPq) operou com 17 milhões de dólares para fomento e para os institutos, contra 59 milhões em 1990, 48 milhões em 1989 e 75 milhões em 1988.

Durante o mesmo período, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) foi decrescendo, passando de 85 milhões de dólares em 1988, para 68 milhões em 1989, 48 milhões em 1990 e 21 milhões em 1991.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Brasil possui 31 milhões de crianças em idade escolar. Em nome dessas crianças, é preciso que o País reaja.

A universidade precisa recuperar o seu compromisso com a sociedade, com o País, com a humanidade. "Se tardarem providências salvadoras, nós não deveremos concluir um diagnóstico da universidade e, sim, escreveremos o seu necrológio — assevera o Senador João Calmon.

Para ingressar no Primeiro Mundo, não há outro caminho fora do investimento em educação. Ao Primeiro Mundo chegaram as nações que não descuidaram da educação do seu povo. Só a educação dá condições para que os problemas nacionais tenham solução permanente.

"Hoje, para devolver algum significado à ciência e à universidade — afirma Ennio Condotti, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — é preciso resistir à devastação provocada pelas pressões da economia e pelo precipitado mergulho nos mercados — pouco livres do mundo. Sem fortalecer a nossa capacidade de inovar, produzir melhor e conhecer a realidade em que vivemos, nosso destino é sombrio".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (PFL — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, gerou em mim muita apreensão o estudo enviado ao meu Gabinete pela Assessoria Parlamentar do Excelentíssimo Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Lélvio Viana Lôbo, sobre o andamento do importante Programa AM-X, que une o Brasil e a Itália, desde 1981, na construção do avião militar de mesmo nome deste programa.

A minha preocupação deve-se, Sras. e Srs. Senadores, ao fato incontestável dos cortes orçamentários sucessivos impostos ao Programa AM-X terem ultrapassado o limite do suportável. Sobre este assunto específico falarei mais adiante.

Neste instante, me concentrarei em fazer um breve histórico —sde 1981, na construção — uma memória — do Programa AM-X, para que V.Ex's possam tomar conhecimento da situação difícil deste projeto tecnológico binacional da maior importância para o Brasil.

O Programa binacional AM-X foi concebido de modo que a repartição de trabalho entre as indústrias da Itália e o Brasil (e o ônus financeiro de cada Governo) fosse proporcional ao número de aviões encomendados — no caso, 79

para o Brasil e 187 para a Itália. Desta maneira, o Brasil ficou responsável por 29,7% e a Itália por 70,3% do total do Programa.

Desde de 1981, o Programa AM-X tem sido conduzido no Brasil pelo Ministério da Aeronáutica predominantemente em moeda nacional, com o trabalho distribuído por nove empresas principais, sem contar com sub-fornecedores, gerando, portanto, tecnologia e empregos para os brasileiros, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento do nosso País. Além de todas estas vantagens, o Programa AM-X tem o mérito valioso de proporcionar um aceno para um processo para reequipar a nossa gloriosa Força Aérea, que, de outro modo, estará mais envelhecida em pouco tempo, e, conseqüentemente, menos apta para poder cumprir a sua missão constitucional.

Pode-se dizer que mais de 60% dos recursos totais do Programa AM-X estão sendo aplicado no País, em cruzeiros, o que representa uma grande contribuição do Governo brasileiro à indústria nacional, além do fato de que grande parte dos recursos aplicados em divisas o foram em bens-de-capital, e não em serviços.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É importante, ao fazermos aqui este breve histórico do projeto, destacar que o Ministério da Aeronáutica, com um dispêndio extremamente reduzido em comparação com qualquer programa internacional de nível e objetivos similares, já alcançou com o Programa AM-X não somente os 18 aviões e 35 motores até agora produzidos, mas também:

- a grande elevação no nível tecnológico industrial da Embraer, proporcionada pelo know-how adquirido no Projeto AM-X e pelo investimento do Ministério da Aeronáutica na sua capacitação;

- a construção de uma fábrica de material composto, que já exporta para outros países (flaps MD-11);

- indústrias como a Celma, que passaram de simples revisoras de motores para o status de uma fábrica moderna, que podem construir a maioria das peças de motores aeronáuticos e que já participam de exportações de partes e peças para outros programas;

- a capacitação tecnológica e industrial de várias empresas para a produção de equipamentos aeronáuticos, como a ABC Sistemas, Aeroeletrônica, Elebra, Engesa Eletrônica/Mondata etc;

- o Programa AM-X tem possibilitado ao Brasil alcançar outros importantes patamares tecnológicos: nos aviões modernos de combate da classe AM-X, não é mais possível utilizar corretamente qualquer armamento ou integrar qualquer equipamento, sem conhecer e dominar o software do avião. A simples aquisição de um avião moderno sem conhecer ou dominar a sua tecnologia e o seu projeto, seria, nos dias atuais, uma completa servidão da Força Aérea Brasileira ao País fornecedor.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O grave é que o Programa AM-X sofreu, nos últimos anos, cortes orçamentários significativos: de 24% em 1989; 51% em 1990; e 71% em 1991. Este ano, o corte orçamentário alcançou a 85% da proposta inicial.

Os recursos alocados no Programa são tão insuficientes que não mais têm permitido ao Governo Brasileiro, através do Ministério da Aeronáutica, honrar as suas responsabilidades no País e no Exterior. Além dos compromissos já assumidos, normalmente contratos com duração superior a quatro anos, é imprescindível a contratação imediata do 3º lote de aeronaves — 22 para o Brasil e 56 para a Itália — sem a qual as linhas de montagem dos dois países estarão irremediavelmente comprometidas.

As despesas mínimas ainda a realizar com o Programa AM-X, de 1992 inclusive até o seu final, em 1997, são as seguintes:

Ano	1992	1993	1994	1995	1996	1997	Total
US\$ Milhões	130	367	207	73	7	2	786

Observação: considerando-se somente o referido 3º lote. Essas despesas e outras, especialmente indicadas para os de 1993 e 1994, poderão ser diminuídas de até US\$ 116 milhões, caso o MAer obtenha na Itália financiamentos para a aquisição dos segmentos (fuselagem) da aeronave fabricada pela indústria italiana.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A possibilidade de o Brasil retirar-se do Programa não deve ser considerada como solução racional para diminuir despesas em 1992 e 1993. As principais penalidades para o Governo que se retira ou reduz a sua participação estão previstas no Memorando nº 01. Entre elas, cito, aquela que prevê que o País que se retira deverá transferir ao partner, às suas expensas, o trabalho já realizado.

A não contratação do 3º lote e o conseqüente encerramento das atividades de produção da Embraer no Programa, com a transferência às nossas custas para a indústria italiana de todo o ferramental e tecnologia de produção, representará a perda, praticamente integral e irreparável, das atividades e despesas não recorrentes brasileiras de desenvolvimento, e de parte da industrialização, específicas ao AM-X, que significam centenas de milhões de dólares.

Com a paralização da linha AM-X na Embraer, também serão seriamente atingidas as demais indústrias brasileiras que fabricam equipamentos e acessórios para este Projeto. Da mesma forma também estará ameaçado o Projeto Radar da empresa Tecnasa, que depende fortemente do apoio da Embraer para o desenvolvimento do equipamento e para a sua integração à aeronave AM-X.

A eventual retirada do Brasil do Programa trará fatalmente o desmoronamento de nossa indústria aeronáutica, perda do grau de independência tecnológica do Brasil na operação e manutenção de seus aviões. Além de tudo isso, existe por outro lado, nesta questão o aspecto moral, ligada à credibilidade do Brasil no contexto político e comercial do Mundo, no que diz respeito ao seu interesse em honrar compromissos firmados com outros governos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Assim, é urgente e imprescindível que seja viabilizada a concessão de créditos orçamentários necessários para a continuidade do Programa AM-X e a sobrevivência da indústria aeronáutica brasileira.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — Na presente sessão terminou o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1992, (nº 5.807/90, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre o mar territorial, a zona contínua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros, e dá outras providências.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia, oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — A Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de segunda-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 73, DE 1992

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 64, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 375, inciso VIII, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 73, de 1992 (nº 107/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Jet — Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na Cidade de Teresina, Estado do Piauí, tendo:

PARECER favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Bello Parga.

— 2 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 74, DE 1992

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 64, § 2º, do Regimento Interno, combinado com o art. 375, inciso VIII, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 1992 (nº 127/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio A Voz de São Pedro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na Cidade de São Pedro, Estado de São Paulo, tendo:

PARECER favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Beni Veras.

— 3 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 75, DE 1992

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 64, § 2º, da Constituição, combinado com o art. 375, inciso VIII, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 1992 (nº 140/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Rural de Muzambinho Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora na Cidade de Muzambinho, Estado de Minas Gerais, tendo:

PARECER favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Beni Veras.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10 horas e 15 minutos.)

ATO DO PRESIDENTE Nº 437, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora, nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 014.241/92-7, resolve aposentar, por invalidez, o servidor LUIZ JOSÉ CORREIA JÚNIOR, Técnico Legislativo, Área de Artesanato, Classe "Especial", Padrão V, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso I, e 67 da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com o artigo 11 da Resolução (SF) nº 87, de 1989, com proventos proporcionais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 6 de novembro de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 438, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 014.300/92-3, resolve aposentar, voluntariamente, JORGE CÉSAR GOUVEA, Analista Legislativo, Área de Processo Legislativo, Classe 1ª, Padrão V, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea c, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com o artigo 11 da Resolução (SF) nº 87, de 1989, com proventos proporcionais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 6 de novembro de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 439, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no artigo 243, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990 e no Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1991, e tendo em vista o que consta do Processo nº 013.745/92-1, resolve nomear MARIA ELIANE LIMA DE ARAÚJO para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, Código AS-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Affonso Camargo.

Senado Federal, 6 de novembro de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 440, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no artigo 243, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990 e no Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1991, e tendo em vista o que consta do Processo nº 013.745/92-1, resolve nomear ROQUE SARAIVA DE OLIVEIRA para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, Código AS-1, do Quadro de

Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Affonso Camargo.

Senado Federal, 6 de novembro de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 441, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no artigo 243, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990 e no Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1991, e tendo em vista o que consta do Processo Nº 014.506/92-0, resolve nomear DENISE DA FONSECA AFONSO para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, Código AS-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Affonso Camargo.

Senado Federal, 6 de novembro de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

**ATO DO PRESIDENTE Nº 283/89
QUE APOSENTOU ALVA LYRIO VERÍSSIMO
THEÓFILO, ANALISTA LEGISLATIVO**

Apostila

Fica alterado o fundamento legal da concessão da aposentadoria, a que se refere o presente Ato, para incluir o artigo 517, inciso IV do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Senado Federal, 6 de novembro de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

**ATO DO PRESIDENTE Nº 18/91
QUE APOSENTOU MIGUEL RIBEIRO BARROS,
ANALISTA LEGISLATIVO, ÁREA DE SEGURANÇA**

Apostila

Fica alterada para 31/35 (trinta e um trinta e cinco avos) a proporcionalidade do tempo de serviço constante deste Ato, em virtude do servidor haver atingido mais um ano entre a autuação do requerimento e a publicação da sua aposentadoria.

Senado Federal, 6 de novembro de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

Apostila

Fica alterado o fundamento legal da concessão da aposentadoria, a que se refere o presente Ato, para excluir os artigos 490 e 492 do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Senado Federal, 6 de novembro de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

**ATO DO PRESIDENTE Nº 197/91
QUE APOSENTOU BRANCA BORGES GÓES,
ANALISTA LEGISLATIVO,
ÁREA DE PROCESSO LEGISLATIVO**

Apostila

Fica alterado o fundamento legal da concessão da aposentadoria, a que se refere o presente Ato, para incluir as vanta-

gens da Resolução SF nº 21, de 1980, e excluir os artigos 490 e 492, do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Senado Federal, 9 de novembro de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

**ATO DO PRESIDENTE Nº 305/91,
QUE APOSENTOU NELLY MAMEDE MINUCCI,
ANALISTA LEGISLATIVO,
ÁREA DE PROCESSO LEGISLATIVO**

Apostila

Fica alterado o fundamento legal da concessão da aposentadoria, a que se refere o presente Ato, para incluir o artigo 192, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, e excluir os artigos 490 e 492, do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Senado Federal, 9 de novembro de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

**ATO DO PRESIDENTE Nº 756/91
QUE APOSENTOU CÉSAR TORRES,
TÉCNICO LEGISLATIVO,
ÁREA DE PROCESSO LEGISLATIVO**

Apostila

Fica alterado o fundamento legal da concessão da aposentadoria, a que se refere o presente Ato, para excluir os artigos 490 e 492, do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Senado Federal, 4 de novembro de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

**ATO DO PRESIDENTE Nº 779/91,
QUE APOSENTOU BENI BELTRÃO DE FARIA,
ANALISTA LEGISLATIVO,
ÁREA DE PROCESSO LEGISLATIVO**

Apostila

Fica alterado o fundamento legal da concessão da aposentadoria, a que se refere o presente Ato, para incluir o § 1º, inciso I, art. 186 da Lei 8.112, de 1990, e o art. 11 da Resolução SF nº 87, de 1989, e excluir os artigos 490 e 492, § 2º do Regulamento Administrativo do Senado Federal, e o art. 4º da Resolução SF nº 87, de 1989.

Senado Federal, 6 de novembro de 1992. Senador Mauro Benevides, Presidente.

**ATO DO PRESIDENTE Nº 362/92,
QUE APOSENTOU JACY BARBOSA,
ANALISTA LEGISLATIVO,
ÁREA DE PROCESSO LEGISLATIVO**

Apostila

Fica alterado o fundamento legal da concessão da aposentadoria a que se refere o presente Ato, para excluir o artigo 193 da Lei nº 8.112/90.

Senado Federal, 6 de novembro de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.